

DIREITO À MORADIA

Corregedoria Geral da Justiça firma parceria para regularização fundiária em 73 municípios



A assinatura do Termo de Cooperação Técnica, realizada nesta terça-feira na CGJ-MA, formaliza parceria visando à regularização fundiária



O corregedor Froz Sobrinho destaca que termo de Cooperação Técnica tem apoio de parceiros institucionais



O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, aponta a importância da regularização fundiária como política pública

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou nesta terça-feira (29), no auditório do Fórum de São Luís, solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras beneficiadas pelo Projeto “Registro para Todos”, política pública adotada pelo órgão para promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente.

A meta da Corregedoria do Judiciário é alcançar 30 mil regularizações fundiárias, beneficiando milhares de famílias com a titulação de imóveis por meio do projeto, que está sendo realizado em parceria institucional com o Governo do Estado, prefeituras municipais e cartórios de registro de imóveis nas cidades parceiras. Na abertura da solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão. “É um Termo de Cooperação

de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura. Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras”, explicou o corregedor.

A solenidade reuniu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum e Douglas Lima da Guia, coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da CGJ-MA; a prefeita de Anapurus, Vanderly Nascimento Monteles, representante da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotor de Justiça de Conflitos Agrários;

Lucas Semeghini, titular do 4º Registro de Imóveis de São Luís, representante da ANOREG-MA, prefeitos municipais, procuradores de Justiça dos municípios e cartórios. “O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo”, observou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acrescentando que a Reforma Agrária foi esquecida pelo poder público no Brasil. Para o presidente, a Regularização Fundiária é uma política pública necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar a moradia digna para suas populações, dentre outros direitos. As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai

elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades. Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, “a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior – o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado dessa importante política pública social”. “Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize”, declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.

Cláudio Humberto

www.diariodopoder.com.br Com André Brito e Tiago Vasconcelos



“O governo considera outras soluções”

Ex-ministro Nelson Barbosa, da equipe de transição do PT, sobre a PEC Fura-Teto

Lula teme ‘oposição dura’ e evita governadores

O presidente eleito Lula (PT) vem demonstrando, em conversas reservadas, o temor da oposição que enfrentará, “muito dura”, inclusive se concordar em se reunir com governadores eleitos e reeleitos. O medo faz o petista continuar falando apenas a aliados, evitando aproximação com governadores que apoiaram o atual presidente, antes de sua posse em 1º de janeiro. Ao menos por enquanto ele não quer papo, nem cogita fazer gestos de aproximação com governadores eleitos ou reeleitos.

Tal e qual

Lula acha que seria tão criticado quanto Bolsonaro na reunião durante a pandemia quando governadores de oposição atacaram o presidente.

Temas a discutir

Os governadores têm uma lista alentada de temas a discutir com o futuro presidente, como o ICMS sobre combustíveis.

Nada a discutir

Lula criticou Bolsonaro pelas decisões que reduziram o preço dos combustíveis, agora se recusa a discutir o assunto com os governadores.

Receita afetada

Se as decisões de Bolsonaro derrubaram o preço dos combustíveis nas bombas, também afetaram a receita tributária dos Estados.

Entidade vê conluio de distribuidoras com Aneel

O setor de geração de energia solar fotovoltaica, que já investiu R\$ 114,2 bilhões no Brasil sem um centavo de dinheiro público, anda impacientemente com os sinais de “quase conluio” entre a agência reguladora Aneel e concessionárias de energia, na visão de Rodrigo Susteras, dirigente da Absolar, a associação de empresas do setor. Concessionárias ou distribuidoras fazem tudo para retardar projetos porque em 7 de janeiro entram em vigor regras que desestimulam investimento em energia solar.

Porque prejudicam

Quem protocolar projeto até o dia 7 fica na regra que prevê descontar na conta de luz cada kilowatt/hora que o cidadão gera e injeta na rede.

Pedágio do Sol

Depois do dia 7, parte da energia gerada pelo cidadão fica na rede como um “pedágio”, uma taxa do Sol, em benefício das distribuidoras.

Aneel nem aí

Susteras relatou à Rádio Bandeirantes que a Aneel não dá a mínima ao consumidor. E não aplica qualquer penalidade às distribuidoras.

Tutti buona gente

Levantamento preliminar mostra que há quase setenta investigados por crimes de corrupção e correlatos, na equipe de transição do governo. Gente que foi presa, sofreu buscas, cumpriu pena ou continua impune.

Jogada esperta

Lula usa uma velha jogada: mandou protocolar a PEC da Transição para “botar o bode na sala” e servir de roteiro nas tratativas com o Congresso. E nada impede que o texto venha a

ser canibalizado nas negociações.

Briga de foice

Maurício Tomalsquim é o preferido de Lula para o Ministério de Minas e Energia, mas sofre rejeição no grupo de trabalho na Transição. O serpentário petista quer o senador Jean Paul Prates (PT-RN), proibido pela Lei das Estatais de assumir a presidência da Petróbras.

Processo deve ter

A expectativa em Brasília é que o ministro Nunes Marques acolha a representação de Bolsonaro contra Lula e Gleisi Hoffmann, por ataques à sua honra. Difícil mesmo será o tribunal condenar os acusados.

É só virar casaca

A solução para o futuro governo garantir R\$ 175 bilhões/ano para bancar promessas de Lula deveria ser simples: copiar a fórmula do governo Bolsonaro e usar os dividendos de estatais e a receita com privatizações.

Está definido

A posse de Messod Azulay Neto e Paulo Sérgio Domingues como ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dia 6, não completa a Corte. A vaga de Felix Fischer só será preenchida em 2023.

MUNICÍPIOS QUE ASSINARAM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açú, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa

da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa

Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuatum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057.2022

A Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, por meio do Secretário Municipal da Receita, Orçamento e Gestão, torna público aos interessados que fará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, em regime de empreitada por preço unitário, tendo por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica na prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota das Secretarias Municipais de Itapecuru Mirim/MA.** A realização do certame está prevista para o dia **15 de dezembro de 2022, às 10h00min (dez horas)** – horário local de Itapecuru-Mirim/MA. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitaitapecurumirim.com.br. O Edital completo está à disposição dos interessados no site: www.itapecurumirim.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: cpilitapecuruma@gmail.com. Itapecuru-Mirim/MA, 29 de novembro de 2022.

Luciano da Silva Nunes
Secretaria Municipal da Receita, Orçamento e Gestão

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ Nº 05.648.696/0001-80
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058.2022

A Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, por meio do Secretário Municipal da Receita, Orçamento e Gestão, torna público aos interessados que fará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, em regime de empreitada por preço unitário e fornecimento, tendo por objeto o **Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para confecção de Material Gráfico, para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Itapecuru Mirim/MA.** A realização do certame está prevista para o dia **16 de dezembro de 2022, às 10h00min (dez horas)** – horário local de Itapecuru-Mirim/MA. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitaitapecurumirim.com.br. O Edital completo está à disposição dos interessados no site: www.itapecurumirim.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: cpilitapecuruma@gmail.com. Itapecuru-Mirim/MA, 29 de novembro de 2022.

Luciano da Silva Nunes
Secretaria Municipal da Receita, Orçamento e Gestão

PODER SEM PUDOR

Encontro marcado

Nos anos 70, o economista Mangabeira Unger participou de um debate do MDB. Ele é brasileiro, mas após uma temporada nos EUA adquiriu sotaque mais carregado que de turista americano. Dias depois, o deputado Marcus Cunha, do MDB, recebeu um telefonema. O sotaque inconfundível de Unger solicitava um encontro no dia seguinte, no cafezinho da Câmara. Unger também receberia telefonema de um Marcus Cunha propondo encontro no mesmo lugar. Na hora marcada, cada um quis saber o motivo do convite. “Mas foi você que me convidou!”, espantou-se Unger. Cunha negou: “Não, você que me ligou!” Ali perto, saboreando um cafezinho, um deputado do Paraná se divertia com a cena. Era o brincalhão Maurício Fruet, exímio imitador de vozes.

